



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

Ofício nº 033/2018 - Controle

Canhotinho-PE., 30 de novembro de 2018

Exmo. Sr.
Felipe Porto de Barros Wanderley Lima
DD. Prefeito do Município de Canhotinho
Nesta.

Assunto: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Período de Referência: janeiro a outubro/2018 / 5º Bimestre/2018

Prezado Senhor,

Pelo presente, informamos-lhe que, encerrado o 5º bimestre/2018, este município apresentou os percentuais adiante indicados na aplicação de recursos nas áreas de saúde e educação, de acordo com o previsto na Constituição Federal. Tais informações se revestem de caráter provisório, devido atraso na informação/digitalização dos dados contábeis (receitas e despesas), podendo sofrer alterações.

<u>Percentual aplicado</u>	<u>Percentual exigido</u>
a) Recursos aplicados na Saúde = 19,11%	15% - art. 77 ADCT
b) Recursos aplicados na Educação:	
- FUNDEB 60 (mínimo de 60%) = 61,29%	60,00% – art. 212 CEF
- FUNDEB 40 (mínimo de 40%) = 31,99%	40,00% - idem

2. Já com relação às despesas com pessoal do Poder Executivo do Município, esta alcançou percentual de 53,63% da Receita Corrente Líquida no 2º Quadrimestre de 2018.

3. Como vemos, os recursos aplicados na Saúde e o FUNDEB 60 superaram os percentuais exigidos por Lei, no entanto, os percentuais de recursos aplicados no FUNDEB 40 estão muito abaixo dos limites mínimos exigidos como o percentual de despesas com pessoal continua superior ao limite prudencial de 51,3%, da Lei

Cicero Fernando Alves Morato
Secretário de Controle Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

101/200 – LRF, o que requer a tomadas de medidas urgentes com vistas a regularizar a situação.

Atenciosamente,

Cícero Fernando Alves Morato
Controlador do Controle Interno

Cópia para: Secretaria de Educação, Sec. Administração e Sec. Finanças.



Documento Assinado Digitalmente por: FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA, CÍCERO FERNANDO ALVES MORATO
Acesse em: <https://stc.ce.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a90f24c1-317e-459f-9477-6843a93ec7c3



MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2018/Bimestre Setembro-Outubro



Documento Assinado Digitalmente por: FELIPE PORTO DE BARROS S. ANDERLEY ENNA, GERENTE N.º ANDO ALVES MORAIS
Acesse em: http://receita.economia.gov.br/ppv/validaDoc.seam (código do documento: 20024c1-317e-459f-9477-6843a93ec7c3)

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	4.289.200,00	4.289.200,00	3.197.130,98	
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	936.000,00	936.000,00	1.001.034,34	
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	2.200,00	2.200,00	1.913,00	
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	1.400,00	1.400,00	5.191,34	
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	2.000,00	2.000,00	1.473,92	
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	115.400,00	115.400,00	128.888,19	
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	18.246.000,00	18.246.000,00	13.503.003,04	
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	16.042.000,00	16.042.000,00	12.459.324,32	
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	2.160.000,00	2.160.000,00	1.026.689,66	
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	44.000,00	44.000,00	16.989,06	
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	10.695.800,00	10.695.800,00	8.123.692,55	
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	10.455.900,00	9.713.670,83	9.713.670,83	100,00	8.276.541,45	85,21	0,00
13.1-Com Educação Infantil	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	10.432.900,00	9.713.670,83	9.713.670,83	100,00	8.276.541,45	85,21	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	5.630.100,00	6.171.072,76	5.873.223,46	95,17	4.319.863,63	70,00	0,00
14.1-Com Educação Infantil	150.000,00	59.650,47	58.850,47	98,66	48.850,47	81,89	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	5.480.100,00	6.111.422,29	5.814.372,99	95,14	4.271.013,16	69,89	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	16.086.000,00	15.884.743,59	15.586.894,29	98,12	12.596.405,08	79,30	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB

	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

	Valor
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	12.596.405,08
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %	61,29
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %	31,99
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %	6,72

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018 ²	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	293.000,00	9.840,47	9.040,47	91,87	6.640,47	67,48	0,00
22.1-Creche	293.000,00	9.840,47	9.040,47	91,87	6.640,47	67,48	0,00
22.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	151.000,00	9.450,47	8.650,47	91,53	6.250,47	66,14	0,00
22.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	142.000,00	390,00	390,00	100,00	390,00	100,00	0,00
22.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23-ENSINO FUNDAMENTAL	17.897.652,00	17.702.062,28	17.361.142,25	98,07	13.482.860,55	76,17	0,00
23.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	15.913.000,00	15.825.093,12	15.528.043,82	98,12	12.547.554,61	79,29	0,00
23.2-Custeadas com outros recursos de impostos	1.984.652,00	1.876.969,16	1.833.098,43	97,66	935.305,94	49,83	0,00
24-ENSINO MÉDIO	10.000,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25-ENSINO SUPERIOR	15.000,00	155.717,44	155.717,44	100,00	155.717,44	100,00	0,00



MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2018/Bimestre Setembro-Outubro



Documento assinado digitalmente por: BARRIOS WANDERLEY LIMA, GIBERIO FERNANDO ALVES MORAES
Acesse em: https://www.tcepe.gov.br/epi/validaDoc.seam?codigo_documento=201803317e459f94776843a93ec7c3

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

26-ENSINO PROFISSIONAL NAO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-OUTRAS	22.000,00	50.200,00	50.200,00	100,00	42.600,00	84,86	0,00
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	18.238.652,00	17.917.820,22	17.576.100,16	98,09	13.687.818,46	76,39	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

	Valor
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	8.125.665,55
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
33-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS IMPOSTOS	0,00
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴	0,00
35-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPON FINANC DE REC DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 J)	0,00
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+32+33+34+35)⁶	8.125.665,55
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))⁶	5.308.847,24
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) %⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%⁵	24,24

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h = (g/d)x100	
39-CUSTEADAS COM APLIC FINAN DE OUTROS REC DE IMPOSTO VINCULADAS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40-CUSTEADAS COM CONTRIB SOCIAL SALÁRIO-EDUCAÇÃO	746.000,00	704.897,37	681.282,76	96,65	545.485,48	77,39	0,00
41-CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42-CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINAN DO ENSINO	19.501.652,00	19.334.421,58	18.972.694,73	98,13	14.878.088,52	76,95	0,00
43-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	20.247.652,00	20.039.318,95	19.653.977,49	98,08	15.423.574,00	76,97	0,00
44-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (28+43)	38.486.304,00	37.957.139,17	37.230.077,65	98,08	29.111.392,46	76,70	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2018 (j)
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		
45.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	2.705.832,74	0,00
45.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	1.771.908,42	0,00
	933.924,32	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

	VALOR	
	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	189.934,81	253,22
47 (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.459.324,32	579.881,44
48 (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	12.133.230,06	521.212,31
48.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	11.786.380,45	500.285,83
48.2 Restos a Pagar (+ extras)	346.849,61	20.926,48
49 (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	16.989,06	0,00
50 (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	533.018,13	58.922,35
51 (+) Ajustes		
51.1 Retenções	0,00	0,00
51.2 Conciliação Bancária	0,00	0,00
52 (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	533.018,13	58.922,35

FONTE: Sistema e-Pública (1336-0953-884). Unidade Responsável: . Data da emissão: 30/11/2018 e hora de emissão: 12:40.

- Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- Caput do art. 212 da CF/1988
- Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
- Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Anexo publicado no quadro de avisos da Prefeitura em 28 de setembro a 30 de novembro de 2018.



MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2018/Bimestre Setembro-Outubro



Documento Atribuído Digitalmente por FELIPE FERREIRO DE SAUS WANDERLEY LIMA, GOVERNO MUNICIPAL DE CANHOTINHO, em 20/10/2018 às 17:45:19. Documento assinado digitalmente por FELIPE FERREIRO DE SAUS WANDERLEY LIMA, GOVERNO MUNICIPAL DE CANHOTINHO, em 20/10/2018 às 17:45:19. Documento assinado digitalmente por FELIPE FERREIRO DE SAUS WANDERLEY LIMA, GOVERNO MUNICIPAL DE CANHOTINHO, em 20/10/2018 às 17:45:19. Documento assinado digitalmente por FELIPE FERREIRO DE SAUS WANDERLEY LIMA, GOVERNO MUNICIPAL DE CANHOTINHO, em 20/10/2018 às 17:45:19.

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	6.357.000,00	8.238.882,74	7.911.844,64	62,87	6.863.953,39	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.371.960,00	4.763.554,55	4.672.563,63	37,13	4.248.748,75	38,23

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶ **914.1059**

APLICAÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELAS CONSIDERADAS NO LIMITE
Inscritos em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2014 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018		0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017		0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016		0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015		0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014		0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2014 (Somatório)		0,00	0,00
Total (VIII)		0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2013 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁷
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	4.566.000,00	4.856.511,29	4.732.572,01	37,61	4.278.748,10	38,50	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.797.000,00	3.288.666,47	3.122.193,37	24,81	2.534.337,31	22,81	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	234.000,00	63.970,00	44.347,00	0,35	44.347,00	0,40	0,00

ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO

Ofício TC/GC01-117

Recife, 31 de outubro de 2018.

Assunto: Alerta de Responsabilidade

Senhor Prefeito,

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no exercício de suas competências constitucionais, por disposição do artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 101/2000, regulamentado pela Resolução TC nº 20, de 30 de setembro de 2015, e alterações, **ALERTA** que o montante da despesa com pessoal do Poder Executivo do Município alcançou **53,63%** da Receita Corrente Líquida, correspondendo a 99,31% do seu limite de pessoal constante no Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre.

Por exceder a 95% do limite legal de despesa com pessoal, ultrapassando o percentual prudencial de 51,3% (limite prudencial), a situação descrita no parágrafo anterior, nos moldes do parágrafo único do artigo 22 da LRF, veda ao Poder Executivo Municipal:

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II - criação de cargo, emprego ou função;
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Atenciosamente,

Valdecir Pascoal
Valdecir Pascoal
Conselheiro

A Sua Excelência o Senhor
FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Prefeito do Município de Canhotinha



*Doi eixos do
prefeito Felipe*

*Ok!
Janale e o
prefeito*

*Recebi em
29/11/2018
Obele
em 22/11/18
Cícero Alves Morato*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

Ofício nº 029-A/2018 - Controle

Canhotinho-PE., 28 de setembro de 2018

Exmo. Sr.
Felipe Porto de Barros Wanderley Lima
DD. Prefeito do Município de Canhotinho
Nesta.

Assunto: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Período de Referência: janeiro a agosto/2018 / 4º Bimestre/2018

Prezado Senhor,

Pelo presente, informamos-lhe que, encerrado o 4º bimestre/2018, este município apresentou os percentuais adiante indicados na aplicação de recursos nas áreas de saúde e educação, de acordo com o previsto na Constituição Federal. Tais informações se revestem de caráter provisório, devido atraso na informação/digitalização dos dados contábeis (receitas e despesas), podendo sofrer alterações.

Percentual aplicado

Percentual exigido

a) Recursos aplicados na Saúde = 18,96%	15% - art. 77 ADCT
b) Recursos aplicados na Educação:	
- FUNDEB 60 (mínimo de 60%) = 60,15%	60,00% – art. 212 CEF
- FUNDEB 40 (mínimo de 40%) = 31,16%	40,00% - idem

2. Já com relação às despesas com pessoal do Poder Executivo do Município, esta alcançou percentual de 67,69% da Receita Corrente Líquida no 1º Quadrimestre de 2018.

3. Como vemos, os recursos aplicados na Saúde e o FUNDEB 60 superaram os percentuais exigidos por Lei, no entanto, os percentuais de recursos aplicados no FUNDEB 40 estão muito abaixo dos limites mínimos exigidos como o percentual de despesas com pessoal superou muito o limite prudencial de 51,3%, da Lei 101/200 – LRF, o que requer a tomadas de medidas urgentes com vistas a regularizar a situação.

Atenciosamente,

Cícero Fernando Alves Morais
Coordenador Controle Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

Cícero Fernando Alves Morato
Controlador do Controle Interno

Cópia para: Secretaria de Educação, Sec. Administração e Sec. Finanças.



Documento Assinado Digitalmente por: FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA, CÍCERO FERNANDO ALVES MORATO
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: a90f24c1-317e-459f-9477-6843a93ec7c3



MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2018/Bimestre Julho-Agosto



Documento Assinado Digitalmente por: FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA, CÍCERO FERREIRANDO ALVES MORATO
 Acesse em: https://epi.gov.br/epi/validaDoc.seam?codigo_documento:a0024c1-317e-459f-9477-0843a93ec7c3

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%		
			Até o Bimestre (b)	(b/a)x100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)							
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.336.000,00	1.336.000,00	405.304,65		30,34		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	250.000,00	250.000,00	3.197,60		1,28		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	65.000,00	65.000,00	80.196,90		123,38		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	465.000,00	465.000,00	99.126,68		21,32		
Imposto Territorial Rural - ITR	403.000,00	403.000,00	100.633,90		24,97		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	0,00		0,00		
Dívida Ativa dos Impostos	1.000,00	1.000,00	1.370,73		137,07		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	147.000,00	147.000,00	120.778,84		82,16		
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	5.000,00	5.000,00	0,00		0,00		
Cota-parte FPM	26.731.000,00	26.731.000,00	18.034.871,49		67,47		
Cota-parte ITR	21.446.000,00	21.446.000,00	13.495.985,49		62,93		
Cota-parte IPVA	10.000,00	10.000,00	1.191,51		11,92		
Cota-parte ICMS	577.000,00	577.000,00	618.446,43		107,18		
Cota-parte do IPI - Exportação	4.680.000,00	4.680.000,00	3.890.855,54		83,14		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	7.000,00	7.000,00	20.740,52		296,29		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	11.000,00	11.000,00	7.652,00		69,56		
Outras	11.000,00	11.000,00	7.652,00		69,56		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	28.067.000,00	28.067.000,00	18.440.176,14		65,70		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS							
Provenientes da União	6.830.000,00	6.830.000,00	5.334.229,58		78,10		
Provenientes dos Estados	6.757.000,00	6.757.000,00	5.334.229,58		78,94		
Provenientes de Outros Municípios	73.000,00	73.000,00	0,00		0,00		
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00		0,00		
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	160.000,00	160.000,00	32.508,60		20,32		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00		0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.990.000,00	6.990.000,00	5.366.738,18		76,78		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS⁷
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	9.722.960,00	10.662.770,44	10.461.063,26	98,11	8.143.622,97	76,37	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.674.960,00	5.952.628,10	5.908.500,06	99,26	5.352.599,60	89,92	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.048.000,00	4.710.142,34	4.552.563,20	96,65	2.791.023,37	59,26	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.006.000,00	606.489,56	570.833,11	94,12	353.713,11	58,32	0,00
Investimentos	996.000,00	606.489,56	570.833,11	94,12	353.713,11	58,32	0,00
Inversões Financeiras	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	10.728.960,00	11.269.260,00	11.031.896,37	97,89	8.497.336,08	75,40	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS⁷
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	58.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.299.000,00	7.261.778,24	7.112.931,70	64,48	5.000.435,34	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	6.299.000,00	7.261.778,24	7.112.931,70	64,48	5.000.435,34	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2018/Bimestre Julho-Agosto



Documento Assinado Digitalmente por: FÉLIX PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA, CÍCERO FERNANDO ALVES MORAIS
 Acesse em: <https://sice.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.aspx?documento=201741-317e-459f-9477-6843d93e7c3>

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Outros Recursos							
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	6.357.000,00	7.269.778,24	7.112.931,70	64,48	5.000.435,34	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.371.960,00	3.999.481,76	3.918.964,67	35,52	3.496.900,74	41,15	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIib x 100)⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL **18,96**

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIib)/100]⁶ **79.074,32**

APLICAÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARTE CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2014 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2014 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2013 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁷
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	4.566.000,00	4.114.233,51	4.070.552,21	36,90	3.357.859,13	39,52	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.797.000,00	3.087.839,75	2.992.123,68	27,12	1.633.004,69	19,22	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	234.000,00	53.970,00	40.227,00	0,36	40.227,00	0,47	0,00



MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2018/Bimestre Julho-Agosto



Documento Assinado Digitalmente por: FÉLIX PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA, CÍCERO FERNANDO ALVES MORATO
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a00724c1-317e-459f-9477-6843a93ec7c3

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c = (b/a)x100
1-RECEITA DE IMPOSTOS	1.336.000,00	1.336.000,00	405.304,65	30,34
1.1-Receita resultante do IPTU	383.000,00	383.000,00	125.347,17	32,73
1.1.1-IPTU	250.000,00	250.000,00	3.197,60	1,28
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	133.000,00	133.000,00	122.149,57	91,84
1.2-Receita resultante do ITBI	65.000,00	65.000,00	80.196,90	123,38
1.2.1-ITBI	65.000,00	65.000,00	80.196,90	123,38
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	485.000,00	485.000,00	99.126,68	20,44
1.3.1-ISS	465.000,00	465.000,00	99.126,68	21,32
1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos ISS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	403.000,00	403.000,00	100.633,90	24,97
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	28.265.200,00	28.265.200,00	18.887.632,67	66,82
2.1-Cota Parte FPM	22.980.200,00	22.980.200,00	14.348.746,67	62,44
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.446.000,00	21.446.000,00	13.495.985,49	62,93
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	890.000,00	890.000,00	0,00	0,00
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	644.200,00	644.200,00	852.761,18	132,38
2.2-Cota Parte ICMS	4.680.000,00	4.680.000,00	3.890.855,54	83,14
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	11.000,00	11.000,00	7.652,00	69,56
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	7.000,00	7.000,00	20.740,52	296,29
2.5-Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	1.191,51	11,92
2.6-Cota-Parte IPVA	577.000,00	577.000,00	618.446,43	107,18
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	29.601.200,00	29.601.200,00	19.292.937,32	65,18
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% c = (b/a)x100
4-RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5-TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.744.000,00	1.744.000,00	978.796,35	56,12
5.1-Transferências do Salário-Educação	746.000,00	746.000,00	471.650,01	63,22
5.2-Transferências Diretas - PDDE	16.000,00	16.000,00	7.020,00	43,88
5.3-Transferências Diretas - PNAE	704.000,00	704.000,00	365.599,20	51,93
5.4-Transferências Diretas - PNATE	229.000,00	229.000,00	130.838,40	57,13
5.5-Outras transferências do FNDE	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	22.000,00	22.000,00	3.688,74	16,77
6-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	145.000,00	145.000,00	47.916,66	33,05
6.1-Transferências de convênios	145.000,00	145.000,00	47.916,66	33,05
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTOS DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.889.000,00	1.889.000,00	1.026.713,01	54,35
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% c = (b/a)x100
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.346.200,00	5.346.200,00	3.606.973,96	67,47



MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2018/Bimestre Julho-Agosto



Documento Assinado Digitalmente por: FELIPE PORTO DE BARROS VIANA BERLEY LIMA, CICERO FERNANDO ALVES MORATO
 Acesse em: <https://sccr.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 100724c1-317e-459f-9477-6843a93ec7c3

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	4.289.200,00	4.289.200,00	2.699.196,93	62,93					
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	936.000,00	936.000,00	778.171,07	83,14					
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	2.200,00	2.200,00	1.530,40	69,56					
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	1.400,00	1.400,00	4.148,07	296,29					
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	2.000,00	2.000,00	238,24	11,91					
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	115.400,00	115.400,00	123.689,25	107,18					
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	18.246.000,00	18.246.000,00	11.050.507,45	60,56					
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	16.042.000,00	16.042.000,00	10.202.124,77	63,60					
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	2.160.000,00	2.160.000,00	832.974,12	38,56					
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	44.000,00	44.000,00	15.408,56	35,02					
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	10.695.800,00	10.695.800,00	6.595.150,81	61,66					

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁶ (i)
			Até o Bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	10.455.900,00	9.684.917,64	9.673.917,64	99,89	6.647.046,78	68,63	0,00
13.1-Com Educação Infantil	23.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	10.432.900,00	9.674.917,64	9.673.917,64	99,99	6.647.046,78	68,70	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	5.630.100,00	6.021.234,96	6.013.773,04	99,88	3.443.458,55	57,19	0,00
14.1-Com Educação Infantil	150.000,00	51.023,47	47.450,47	93,00	34.950,47	68,50	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	5.480.100,00	5.970.211,49	5.966.322,57	99,93	3.408.508,08	57,09	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	16.086.000,00	15.706.152,60	15.687.690,68	99,88	10.090.505,33	64,25	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB

	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

	Valor
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	10.090.505,33
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	60,15
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	31,16
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %	8,69

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018²	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁶ (i)
			Até o Bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	293.000,00	39.623,47	9.040,47	22,82	3.850,47	9,72	0,00
22.1-Creche	293.000,00	39.623,47	9.040,47	22,82	3.850,47	9,72	0,00
22.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	151.000,00	20.623,47	8.650,47	41,94	3.850,47	18,67	0,00
22.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	142.000,00	19.000,00	390,00	2,05	0,00	0,00	0,00
22.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23-ENSINO FUNDAMENTAL	17.897.652,00	17.312.383,24	17.193.173,09	99,31	10.602.865,03	61,24	0,00
23.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	15.913.000,00	15.645.129,13	15.640.240,21	99,97	10.055.554,86	64,27	0,00
23.2-Custeadas com outros recursos de impostos	1.984.652,00	1.667.254,11	1.552.932,88	93,14	547.310,17	32,83	0,00
24-ENSINO MÉDIO	10.000,00	4.000,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25-ENSINO SUPERIOR	15.000,00	123.101,08	122.586,07	99,58	84.484,99	68,63	0,00



MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2018/Bimestre Julho-Agosto



Documento Assinado Digitalmente por: FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEI LIMA, CICERO FERNANDO ALVES MORAIS
 Acesse em: https://atce.tce.pe.gov.br/validaDoc.seam?codigo_documento=201807311317e459f94776843a93ec763

RREO - ANEXO 08 (LDB, art. 72)									
26-ENSINO PROFISSIONAL NAO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
27-OUTRAS	22.000,00	40.400,00	38.800,00	96,04	31.100,00	76,98			0,00
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	18.238.652,00	17.519.507,82	17.363.599,63	99,11	10.722.300,49	61,20			0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL								Valor
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)								6.515,81
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO								0,00
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB								0,00
33-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS IMPOSTOS								0,00
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*								0,00
35-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPON FINANC DE REC DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 J)								0,00
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+32+33+34+35)⁶								6.515,81
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))⁶								10.715.784,68
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) %⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%⁵								20,79

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE								
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS ⁽ⁱ⁾	CANCELADO EM
			Até o Bimestre (e)	% f = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h = (g/d)x100		
39-CUSTEADAS COM APLIC FINAN DE OUTROS REC DE IMPOSTO VINCULADAS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40-CUSTEADAS COM CONTRIB SOCIAL SALÁRIO-EDUCAÇÃO	746.000,00	639.690,10	502.765,83	78,60	372.086,13	58,17	0,00	0,00
41-CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42-CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINAN DO ENSINO	19.501.652,00	18.918.814,84	18.648.396,11	98,57	11.479.085,08	60,68	0,00	0,00
43-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	20.247.652,00	19.558.504,94	19.151.161,94	97,92	11.851.171,21	60,59	0,00	0,00
44-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (28+43)	38.486.304,00	37.078.012,76	36.514.761,57	98,48	22.573.471,70	60,88	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM	(j)	
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					2.782.307,53		0,00	
45.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					1.846.561,42		0,00	
45.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					935.746,11		0,00	

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	VALOR	
	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	189.934,81	253,22
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	10.202.124,77	471.650,01
48.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	9.988.955,81	354.991,63
48.2 Restos a Pagar (+ extras)	9.643.927,99	334.065,15
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	345.027,82	20.926,48
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	15.408,56	0,00
51- (+) Ajustes	418.512,33	116.911,60
51.1 Retenções	0,00	0,00
51.2 Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	0,00	0,00
	418.512,33	116.911,60

FONTE: Sistema e-Pública (1409-2042-314). Unidade Responsável: . Data da emissão: 10/10/2018 e hora de emissão: 15:08.

- Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- Caput do art. 212 da CF/1988
- Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
- Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Anexo publicado no quadro de avisos da Prefeitura em 28 de setembro a 30 de novembro de 2018.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: FELIPE PORTO DE BARROS
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/v/validaDoc.seam> Código do documento: 40241312-4591-9477-0843a93ec7c3

Ofício TC/GC-01 nº 061/2018

Recife, 03 de setembro de 2018.

Assunto: **Alerta de Responsabilidade**

Senhor Prefeito,

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no exercício de suas competências constitucionais, por disposição do artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 101/2000, regulamentado pela Resolução TC nº 20, de 30 de setembro de 2015, e alterada pelo **ALERTA** que o montante da despesa com pessoal do Poder Executivo do Município alcançou **67,69%** da Receita Corrente Líquida, correspondendo a **125,35%** do seu limite de pessoal constante no Relatório de Gestão Fiscal do **1º Quadrimestre de 2018**.

A situação descrita acima, nos moldes do parágrafo único do artigo 22 da Lei nº 1.217/2010, veda ao Poder Executivo Municipal:

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II - criação de cargo, emprego ou função;
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO

Outrossim, o Poder Executivo Municipal, por haver ultrapassado seu limite (4% da RCL) e sem prejuízo das vedações descritas no artigo 22 (parágrafo único e incisos), terá que adotar as medidas previstas nos §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal:


§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base no artigo 169, inciso III, do artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

Atenciosamente,


Valdecir Pascoal
Conselheiro

Recebi em
21/09/2018
Cybele Jan...

Recebi em
21/09/2018

Cicero Fernando
Coordenador de Controle Externo

A Sua Excelência o Senhor
FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Prefeito do Município de Canhotinho

Documento Assinado Digitalmente por: FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA, CÍCERO FERNANDO ALVES TORATO
Acesse em: https://tcepe.pe.gov.br/epv/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento:40024c1-3181-4591-9077-04380ec7c3



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

Ofício nº 018/2018– Controle Interno

Canhotinho-PE., 13 de abril de 2018

Para
Secretaria de Finanças do Município de Canhotinho
Nesta.

Ilmo. Sr. Secretário,

Afim de atender as determinações exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE., em seus pareceres de análise nos Autos de Processos de Prestação de Contas, cujo cumprimento passou a ser cobrado nas prestações de contas anual do Governo Municipal (Prefeito) e da Prefeitura e Fundos Municipais a partir do exercício de 2017, este Controle passará a notificar cada Secretaria, com cópia para o Sr. Prefeito, do cumprimento de tais “**Determinações**”, a partir da data da publicação da decisão e recebimento dos Acórdãos.

2. Vale lembrar que as determinações em referência e adiante relacionadas, por força do art. 69 da Lei Estadual 12.600/2004, obriga o Prefeito do Município ou a quem vier a sucedê-lo, a adotar medidas imediatas para sanar as pendências, sob pena de aplicação da multa prevista no inciso XII do artigo 73 do referido Diploma legal.

3. O Processo TCE-PE nº 1190085-4, da Prestação de Contas do Prefeito do Município de Canhotinho Álvaro Porto de Barros – Exercício de 2010, recebido em 26/01/2018, anexo ao Ofício TCE/DP/NAS/GEEC. Nº 0038A/2018, cujas “**Determinações**” transcrevemos, para as devidas providências:

“ DETERMINO, com base no disposto no artigo 69 da Lei Estadual nº 12.600/2004, que o Prefeito do Município de Canhotinho, ou quem vier a sucedê-lo, adote as medidas a seguir relacionadas, a partir da data de publicação desta decisão, sob pena de aplicação da multa prevista no inciso XII do artigo 73 do citado Diploma legal:

1. Elaborar o Plano Municipal de Educação nos termos que preconiza a legislação pertinente ao assunto. (Cumprido. Plano Municipal de Educação elaborado para o decênio 2015/2025. Lei Municipal nº 04/2015, de 22/06/2015);

2. Repassar as contribuições previdenciárias para os regimes de previdência de forma tempestiva, evitando formação de passivos para os futuros gestores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

3. Elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO do Município, nos termos dos normativos legais. (Cumprido. Todas as Leis de Diretrizes Orçamentárias foram elaboradas e sancionadas dentro das normas vigentes, conforme informação do CESPAM);
4. Adotar medidas de controle com a finalidade de evitar a realização de despesas com recursos orçamentários do FUNDEB sem lastro financeiro;
5. Lançar as Receitas de Capital conforme preconiza o art. 11, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 4.320/64.”

Atenciosamente,

Cícero Fernando Alves Morato
Controlador Geral do Controle Interno

CIENTE: _____ / _____ / _____

CÓPIA PARA O SR. PREFEITO EM _____ / _____ / _____

